SINMED·MG
SINDICATO DOS MÉDICOS DE MINAS GERAIS

TRABALHO MÉDICO

Jornal do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais

Impresso Especial
9912163762/2007 DRMG
Sind. dos Médicos Estado MG
...CORREIOS...

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

Ano 6 - nº 30 - setembro/outubro 2010

Se eleito, qual sua proposta para valorizar o médico?

"Os médicos do Estado se queixam de baixa remuneração e falta de condições de trabalho. Qual é a proposta do candidato no sentido de valorizar a categoria médica e, consequentemente, melhorar a assistência à população?" Essa foi a pergunta enviada pelo "Trabalho Médico" a todos os candidatos ao governo do Estado. Com isso, o Sinmed-MG busca, além de conhecer o pensamento do candidato a respeito da categoria, comprometê-lo com as promessas realizadas. Praticamente todos os entrevistados concordaram que o médico é peça fundamental no sistema de saúde e que precisa trabalhar feliz, bem remunerado e tranquilo; e afirmaram que é preciso melhorar a política de recursos humanos e aumentar os investimentos no setor.

PÁGINAS 3, 4 e 5

ENEM

Realidade da saúde é tema de manifesto no XII Encontro das Entidades Médicas

XII ENEM 2010

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais esteve presente no XII Encontro Nacional das Entidades Médicas (Enem), de 28 a 30 de julho, em Brasília. O evento é uma realização conjunta da Associação Médica Brasileira (AMB), Conselho Federal de Medicina (CFM) e Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

Além do Relatório Final do XII Enem, que contempla as 115 deliberações aprovadas sobre temas diversos, como ensino, trabalho e políticas públicas, os cerca de 600 delegados presentes elaboraram o Manifesto dos Médicos à Nação. O documento, publicado nos principais jornais e enviado aos presidenciáveis, candidatos aos governos estaduais e autoridades, condensa as principais preocupações da categoria no que diz respeito à saúde e ao exercício da medicina e aponta soluções para superar o quadro de dificuldades.

PÁGINAS 10 e 11

LUTAS SINDICAIS

Campanha de Contagem encerra com avanços para os médicos, como os 16% de reajuste salarial

PÁG 6

Em Betim, médicos continuam luta por melhorias e enfrentam descaso da Prefeitura para com a categoria

PÁG 7

No interior, sindicato acompanha movimentos de Paracatu, São João del Rei e Divinópolis, entre outros

PÁGs 8 e 9

SEUS DIREITOS

Ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Médicos beneficia celetistas da Santa Casa, em Belo Horizonte

PÁG 2

SUEMG

Evento em Poços de Caldas, promovido pela Federação das Unimeds, discute desafios da saúde suplementar

PÁG 12

COOPERATIVISMO

Seminário Intercooperativo, evento promovido pela Fencom, em Belo Horizonte, aborda a remuneração médica

PÁG 12

EDITORIAL

Neste número do "Trabalho Médico" trazemos as respostas dos candidatos ao governo de Minas a uma pergunta simples e direta: "Os médicos do Estado se queixam de baixa remuneração e falta de condições de trabalho. Qual é a proposta do candidato no sentido de valorizar a categoria médica e, consequentemente, melhorar a assistência à população?"

As respostas abordam praticamente todos os problemas ligados à saúde, o que nos leva a crer que, independentemente da coloração ideológica, o setor é bem conhecido pelos candidatos.

O nosso propósito é oferecer aos médicos a oportunidade de conhecer o que dizem os candidatos em relação à saúde. Mas nessas ocasiões sempre podemos encontrar compromissos que contribuam em favor do setor no futuro.

Ao termos compromissos dos candidatos e partidos com nossas bandeiras, certamente estaremos mais próximos de colocar a saúde no patamar de representação que ela merece. Hoje, a saúde é a principal preocupação da população, mas isso não reflete a realidade da ação dos governos e dos parlamentos. Um exemplo é a regulamentação da Emenda 29, que já aguardamos há 10 anos.

Os principais problemas e desafios que se apresentam aos futuros gestores estão resumidos, também nesta edição, no Manifesto à Nação, documento produzido no XII Encontro Nacional das Entidades Médicas (Enem), em Brasília.

Elaborado em conjunto pelas três principais entidades médicas – Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Conselho Federal de Medicina (CFM) e Associação Médica Brasileira (AMB) – o manifesto foi publicado nos principais jornais do país e enviado aos presidenciáveis, candidatos aos governos estaduais e autoridades.

Neste momento especial na vida do país, conclamamos os médicos e médicas do Estado a aproveitarem o periodo eleitoral e se ocuparem de política. Investiguem os candidatos, observem a realidade em confronto com as promessas, comparem as biografias e os compromissos assumidos, não só entre os candidatos a governador mas em todos os níveis. Precisamos também, e muito, de parlamentares comprometidos com nossas bandeiras.

Diretoria Sinmed-MG

EXPEDIENTE

Publicação do Sinmed-MG
Sindicato dos Médicos de Minas Gerais
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
30130 090 - BH - MG **Fone:** (31) 3241-2811
geral@sinmedmg.org.br – www.sinmedmg.org.br

Conselho Diretor - Diretoria Executiva: *Amélia Maria Fernandes Pessôa, André Christiano dos Santos, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, Fernando Luiz de Mendonça, Jacó Lampert, Maria Madalena dos Santos Souza, Paulo Eustáquio Marra Pinto.*
Conselho Diretor - Demais Membros: *Adriano Faustino de Figueiredo, Ana Cristina Fonseca Espínola, Ariete do Perpétuo Socorro Domingues de Araújo, Artur Oliveira Mendes, César Miranda dos Santos, Djard Lisboa Moreira Filho, Edson Freixo, Eduardo Almeida Cunha Filgueiras, Eduardo Vial Faria, Geraldo José Coelho Ribeiro, Leonardo Belga Ottoni Porto, Márcio Costa Bichara, Margarida Constança Sofal Delgado, Milward Antônio de Faria.*
Conselho Fiscal: *Andréa Chaimovicz, Érika Monteiro P. Mourão, José Alvarenga Caldeira, Josemar de Almeida Moura, Maria Luisa Vianna, Raidan de Carvalho Canuto.*
Ouvidoria Sindical: *Ewaldo A. Fraga de Mattos Júnior e Helena Pinheiro Garrido.*
Assessoria de Comunicação: *Regina Perillo (MT 11.697/SP)/Rosângela Costa (MT 11.320/MG)*
Jornalista Responsável: *Regina Perillo (MT 11.697/SP)*
Textos e Edição: *Regina Perillo (MT 11.697/SP) e Luciana Marcatti (MT 09.384/MG)*
Projeto gráfico: *Zoo Comunicação*
Diagramação e ilustrações: *Genin Guerra*
Fotos: *Gláucia Rodrigues*
Impressão: *Imprimaset*
Tiragem: *24.500 exemplares*

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

SEUS DIREITOS

Celetistas da Santa Casa de BH são beneficiados

Com o apoio do Sinmed-MG, os médicos celetistas que trabalham e/ou trabalharam na Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte nos últimos cinco anos finalmente vão ser beneficiados com o pagamento dos reajustes salariais das normas coletivas, conforme determinação da Justiça do Trabalho de Minas Gerais, no início de julho.

Além disso, a Santa Casa também deverá efetuar o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) desde 13 de outubro de 1989 para os médicos que estão trabalhando e também para aqueles que romperam o contrato de trabalho a partir de 7 de janeiro de 2008.

A decisão é fruto da ação coletiva ajuizada pelo sindicato. Segundo a advogada Sonia Couto, há vários anos, a Santa Casa vinha descumprindo as convenções coletivas firmadas entre o Sinmed-MG e o Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde, deixando de pagar os reajustes.

Sônia explica que ainda cabe recurso, mas destaca que dificilmente haverá mudança em relação ao pagamento, visto que as ações foram julgadas procedentes em primeira e segunda instância.

Ação para prorrogação da licença-maternidade

O benefício da licença-maternidade de 180 dias para médicas servidoras municipais e estaduais tem sido objeto de ações movidas pelo departamento Jurídico do Sinmed-MG. Muitas já foram concluídas e com êxito. Segundo a advogada Mariana Lobato, o sindicato entra com pedido de tutela antecipada a fim de obter a prorrogação da licença por mais 60 dias, conforme previsto em lei.

Mariana orienta que as médicas interessadas devem fazer o requerimento administrativo no local de trabalho. Caso a resposta seja negativa, podem procurar o sindicato, que tomará as medidas judiciais cabíveis.

A advogada ressalta que a nova legislação é válida também para as funcionárias públicas que adotarem ou ganharem guarda de crianças. No caso de criança com até 1 ano de idade são os mesmos 60 dias de prorrogação. No caso de criança entre 1 e 4 anos são 30 dias, e 15 dias para crianças com até 8 anos. Ela lembra, ainda, que, durante o prazo de prorrogação da licença-maternidade, a servidora não poderá exercer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou instituição similar.

ELEIÇÕES 2010

Candidatos falam sobre propostas para a categoria médica em Minas

O "Trabalho Médico" ouviu os candidatos ao governo do Estado sobre o que pretendem fazer para valorizar a categoria médica. Foi enviada uma pergunta única a todos: "Os médicos do Estado se queixam de baixa remuneração e falta de condições de trabalho. Qual é a proposta do candidato no sentido de valorizar a categoria médica e, consequentemente, melhorar a assistência à população?" *O Sindicato dos Médicos considera as respostas um compromisso público e espera que as promessas sejam cumpridas pelos candidatos*

ANTÔNIO ANASTASIA - PSDB

Natural de Belo Horizonte, 49 anos. Advogado e professor, é o atual governador de Minas Gerais. Com 20 anos de carreira política, exerceu a função de secretário-executivo dos ministérios do Trabalho e da Justiça (1995-2000), e ocupou interinamente o cargo de ministro do Trabalho (1998). Em Minas, no governo de Hélio Garcia, foi secretário de Estado, secretário-adjunto de Planejamento e presidente da Fundação João Pinheiro.

"Sou o primeiro a admitir que muito deve e pode ser feito pela valorização dos servidores do Estado, que tiveram suas remunerações defasadas ao longo de anos. Desde 2003, adotamos uma série de medidas para resgatar essas perdas salariais do funcionalismo estadual, garantindo a valorização dos profissionais. Nos últimos sete anos e meio, os médicos da Fhemig tiveram um reajuste de 73,24%, percentual superior à inflação acumulada no mesmo período de 47,9%, segundo dados do IBGE. Já a remuneração média dos médicos efetivos do HPS, com carga horária de 24 horas semanais, é de R$ 6.728,89. O reajuste de 10% concedido ao conjunto dos servidores em maio passado beneficiou também os médicos do HPS. Além disso, ainda em maio, foi incorporada ao salário a gratificação complementar correspondente a 20,7% do salário base dos médicos.

Um dos principais compromissos do nosso plano de governo na área da saúde é a revisão do modelo de remuneração dos médicos do Estado. A proposta é incorporar vantagens pessoais e gratificações ao vencimento, assegurando assim a irredutibilidade de ganhos. Essa mudança proporciona dois benefícios: o servidor terá clareza em relação ao valor do seu vencimento e saberá que, no momento da aposentadoria, esse valor será mantido. Tal medida é um resultado do equilíbrio das contas públicas de Minas Gerais e do crescimento econômico alcançado nesse governo.

Sobre a saúde em geral, gostaria de lembrar que essa área sempre foi prioridade em nosso governo. De 2003 a 2009, aumentamos em 141% os recursos destinados à saúde. Fizemos muito, mas sabemos que ainda existe muito por fazer. É por esse compromisso com a saúde que quero continuar governando Minas Gerais. Quero ampliar ações de prevenção e aumentar o número de hospitais regionais para 150. Vamos investir na construção de hospitais que prestam serviços especializados e com capacidade de atender à demanda de pessoas de uma determinada região. Já estamos concluindo um em Uberlândia e vamos começar outros em Juiz de Fora, Uberaba, Sete Lagoas e Divinópolis.

Vamos ampliar também a saúde preventiva. Queremos intensificar o Programa Saúde da Família (PSF). Minas já mantém o maior número de equipes do PSF no país. Outro compromisso que assumo é com a assistência à mulher. Já construímos 19 Centros Viva Vida, que oferecem serviços especializados na área de sexualidade e reprodução para mulheres e gestantes. Nossa meta para os próximos quatro anos é construir mais 27 centros em Minas Gerais".

EDILSON NASCIMENTO - PT DO B

Produtor cultural, 41 anos. Foi assessor da Secretaria de Atividades Urbanas de BH (1990-1993) e diretor municipal de cultura da Prefeitura de Ouro Branco (1993-1997). Atualmente, é coordenador geral da Associação de Amigos da Cultura de Ouro Branco.

"Como medida inicial, proponho a criação da carreira de 'médico da saúde pública', contratado em regime de dedicação exclusiva, com um salário compatível, e isso quer dizer, um salário com o qual o profissional pudesse viver com tranquilidade, e não precisasse buscar em outras 'fontes' uma complementação de ganhos. Com a melhoria dos serviços prestados, a população seria estimulada a utilizar os serviços públicos, ficando desonerada de gastos duplicados com planos de saúde".

ELEIÇÕES 2010

FÁBIO BEZERRA - PCB

Natural de Belo Horizonte, 37 anos. Formado em Filosofia, é professor da rede pública estadual, membro do PCB desde 1993 e do Comitê Central desde 2000. Já atuou na direção estadual da CUT (2000-20003) e no sind-UTE em Venda Nova (2003-2006). É candidato ao governo de Minas pela 1ª vez.

"Em relação à valorização dos médicos, minhas principais metas são restabelecer a relação humana médico X paciente como fundamental, dignificar e valorizar o Ato Médico e restabelecer a visão planetária e universal da vida e do ser humano, que não é pedaço nem mercadoria, mas sim um conjunto harmônico e maravilhoso, unidade viva a ser entendida e preservada como tal. E o médico nada mais é do que um outro ser humano dotado de conhecimento, sensibilidade e boa vontade para acolher, respeitar e curar, quando possível, ou diminuir sofrimentos.

Para isso, deve estar satisfeito, alegre, bem remunerado e livre das angústias do mercado capitalista, especialmente da voracidade da indústria farmacêutica, dos sanguessugas dos hemoderivados, da exploração dos planos de saúde e da oportunista e farta burocracia encastelada no SUS. Dignificar o médico e o seu trabalho é a melhor maneira de fazermos profilaxia, diminuir gastos governamentais e oferecer atendimento correto".

• • •

HÉLIO COSTA - PMDB

Natural de Barbacena (MG), 71 anos. Profissional de comunicação, foi correspondente internacional da Rede Globo e repórter do programa Fantástico. Em 1998 foi eleito deputado federal e, quatro anos depois, senador. Em 2005, assumiu o Ministério das Comunicações, a convite do presidente Lula.

"Nosso programa de governo foi construído com ampla participação da sociedade. Os profissionais da saúde nos ajudaram a formular uma proposta que pretendemos colocar em prática e que vai exigir de todo o nosso governo uma disposição de lutar por recursos, tecnologia e conhecimento. A população não quer saber se o problema da saúde é competência do município, do Estado ou da União. Ela quer ter um médico em cada localidade para se sentir segura diante da doença.

O nosso governo vai atuar com desenvoltura para que as condições de trabalho dos médicos sejam garantidas. A remuneração será condizente com a importância que a sociedade atribui ao médico. O companheiro médico Saraiva Felipe, ex-ministro da Saúde, se comprometeu conosco a mobilizar as áreas técnicas do governo federal para que a nossa meta de ter um médico em cada município mineiro seja assumida como plataforma de governo da candidata Dilma Roussef. O compromisso com a saúde da população passa necessariamente pela valorização dos profissionais, particularmente dos médicos.

Temos uma série de propostas no campo da saúde que contribuirão para a melhoria das condições de trabalho dos médicos e de todos os profissionais de saúde. No campo da assistência farmacêutica, na área de inclusão digital, na gestão dos hospitais públicos e no diálogo com a sociedade cuidaremos bem melhor da saúde em Minas Gerais.

Um Estado com 20 milhões de habitantes e cerca de 35 mil leitos hospitalares à disposição do SUS precisa ter coragem e recursos para construir novas unidades hospitalares nos locais desprovidos de meios, especialmente nas regiões Norte, Jequitinhonha e Nordeste.

Existem mecanismos que podem ser acionados. Complementar a tabela do SUS nos procedimentos hospitalares mais deficitários, como por exemplo, oftalmologia, otorrino e ortopedia, é um caminho a ser percorrido. Estruturar um plano de atendimento especial para a Copa do Mundo de 2014 também é outra iniciativa que pretendemos adotar para que os investimentos feitos para o evento beneficiem a população.

Tenho conversado muito com o meu companheiro de chapa Patrus Ananias, um profundo conhecedor da realidade social de Minas Gerais. Estamos conscientes de nossos limites e da atual situação do sistema estadual de saúde. Mas o nosso objetivo é mudar essa realidade com muito trabalho e diálogo com a sociedade. Para construir e colocar em prática essa agenda positiva da saúde, precisamos contar com o apoio, a participação e a solidariedade dos médicos de Minas Gerais".

• • •

JOSÉ FERNANDO - PV

Formado em Direito, ingressou na carreira política em 2001, como prefeito de Conceição do Mato Dentro, sua cidade natal. Em 2006, foi eleito deputado federal e presidente do Partido Verde de Minas Gerais, cargo que ocupou até agosto de 2009.

"O governo estadual deixou de investir 770 milhões em saúde (12% previstos pela EC 29). Com 100 milhões, implantaríamos raio X e ultrassom em mais de 600 municípios com menos de 20 mil habitantes do nosso Estado.

O acesso ao atendimento estendido a toda população e a possibilidade de ampliação dos conhecimentos pelos profissionais nas cidades do interior são pré-requisitos básicos, entre tantos, da boa pratica médica e um desafio facilmente transposto por um governador comprometido em cumprir a Lei Orçamentária.

A 'ambulancioterapia', tão praticada atualmente, está muito longe do que queremos para os

mineiros; e a exposição dos nossos profissionais às intempéries de um Estado que não prioriza a saúde desmotivam os profissionais e expõem a população a riscos maiores que a própria doença.

Eu fui prefeito e entendo com clareza as necessidades e a importância do profissional médico e da regionalização de saúde. Administrei um hospital regional, em Guanhães, e vivi na pele todas as agruras da saúde no interior de nosso Estado. Por isso, a base do meu governo estará na saúde e educação, com o dobro de investimentos nessas áreas, pois administrar é priorizar e, em meu governo, a saúde será prioridade".

LUIZ CARLOS FERREIRA - PSOL

Doutor em biologia, aos 41 anos é professor de agronomia, engenharia florestal e engenharia agrícola da Faculdade de Farmácia da UFMG, Campus de Montes Claros. Foi professor do Cefet de Januária (MG), sua cidade natal, e presidente do Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional.

"O Brasil tem um bom modelo de saúde pública. O Sistema Único de Saúde incorpora princípios fundamentais que valorizam a saúde e a vida, porém, vive de forma permanente a tensão da falta de financiamento adequado, as longas filas de espera pelo tratamento e as constantes investidas contra o sistema de grupos privados, que querem transformar a saúde numa fonte farta de lucro. Também não podemos nos esquecer do sucateamento.

Não há duvidas de que os maiores gargalos se concentram na política de pessoal e na formação dos profissionais do setor. Os profissionais são submetidos a extensas jornadas, em processos estressantes e remuneração ainda pior. A tudo isso se agrega a ausência de políticas dirigidas à prevenção, a qualidade dos serviços, sem falar no oportunismo que rondam os velhos costumes de submeter a população à 'ambulancioterapia' como solução mágica para a saúde.

No caso especifico dos médicos, o Estado é um péssimo exemplo, paga um salário irrisório, não possui e não intervém no sentido de criar uma política pública para aqueles que trabalham nos municípios e no Estado. O Estado não exerce o seu papel de regulador e fomentador de projetos e ideias na área. Hoje, é necessário oferecer meios e condições para que os profissionais médicos fiquem mais próximos da população para prestar melhor assistência.

O atual governo, comandado por Aécio, fez muita propaganda, mas pouco de concreto. Aplicou um baixo percentual do orçamento e os projetos que dizia ser prioridade, como 'Viva Vida' e 'Saúde em Casa', obtiveram resultados pífios.

Por fim, num eventual governo do PSOL, o Estado terá outro papel e garantirá à população serviços de qualidade, pois há bases e recursos disponíveis, podendo atacar os problemas citados acima, entre eles a remuneração dos profissionais".

VANESSA PORTUGAL - PSTU

Natural de Boa Esperança (MG), 40 anos. Formada em biologia, é professora da rede municipal de BH e Betim, diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de BH (SIND-Rede BH) e fundadora da Conlutas. É presidente regional do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

"Minas Gerais sofre alguns problemas crônicos na saúde, que seguem a lógica nacional: fila de espera por consultas especializadas; ausência de vagas em CTI; frequente falta de medicamentos básicos nas unidades de atendimento; má remuneração dos profissionais de nível médio/técnico; baixos salários pagos aos médicos pela rede pública, que não favorecem a permanência desses profissionais. Existem ainda os elementos fortes de privatização da saúde por meio das OCIPS, terceirizações, escoamentos de recursos públicos para instituições privadas e principalmente pelo sucateamento da saúde pública, o que leva a população a ser obrigada a procurar atendimento nas instituições privadas, que são muito mal fiscalizadas pelo Estado. Todos esses problemas são reflexo do baixo investimento na saúde, além da inclusão como gasto em saúde de despesas com programas alimentares, investimento em infraestrutura sanitária e outros que não deveriam ser cobertos por essa rubrica.

Por esses motivos, o PSTU apresenta o seguinte programa para a saúde em MG: duplicação de imediato dos investimentos em saúde; ampliação das unidades de saúde do Estado com descentralização das unidades com atendimento de consultas eletivas; implementação de hospitais públicos regionais; fim das terceirizações; aplicação da jornada de 30h; recomposição salarial para os trabalhadores; implementação de plano de carreira único para todos os servidores da saúde do Estado; funcionamento de postos por 24h; implementação de um Conselho Popular de Saúde deliberativo, formado pelos trabalhadores da saúde e usuários por meio de sindicatos e entidades populares; inclusão da saúde bucal e mental como demandas públicas; manutenção e ampliação do Ipsemg. Além disso, pretendemos transformar o Estado em uma plataforma de luta para que de fato os 30% dos recursos da seguridade social sejam destinados à saúde, e pela regulamentação da Emenda Constitucional 29.

Para que essas propostas se concretizem, o PSTU está disposto a suspender o pagamento da dívida pública destinada aos banqueiros – que consumiu R$ 3,3 bilhões em 2009, quase o mesmo que a saúde (R$ 3,98 bilhões); eliminar as isenções fiscais das multinacionais (só em maio de 2010 o Estado deixou de receber R$50 milhões); e tributar a mineração (enquanto implementamos uma forte luta pela reestatização da exploração e comercialização do mesmo)".

Obs: Apesar de contatado várias vezes, o candidato Pedro Paulo (PCO) não enviou retorno à pergunta.

PBH

RP Comunicação

No Hospital Dia, negociações não avançam

PSF conquista cargo de 40h, mas luta pelo reajuste continua sem avanços

Sindicato aguarda reunião para retomar negociações e pontos pendentes

Os médicos do Programa de Saúde da Família (PSF) da rede municipal de Belo Horizonte, finalmente, conquistaram o cargo de 40 horas. O decreto que regulamenta o cargo criado em janeiro/2010 foi publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 13 de agosto, uma surpresa para os médicos e também para o Sinmed-MG, que não foi chamado para participar das discussões finais. "Não deixa de ser um importante ganho, afinal era uma reivindicação antiga, mas a forma como foi regulamentado só reforça o descaso da Prefeitura com a categoria. Eles decidem e pronto", declara o diretor André Christiano dos Santos.

Apesar dessa conquista, o diretor ressalta que os médicos ainda têm muita luta pela frente, sobretudo pela melhoria das condições salariais e de trabalho. Segundo ele, as negociações continuam paradas. "Embora o secretário municipal de Saúde, Marcelo Gouvêa, tenha se mostrado aberto a discutir, a partir de agosto, a questão do piso salarial da Fenam – de R$8.594,35, para 20 horas –, grande meta da categoria, ainda não conseguimos agendar reunião. Até mesmo os 4,11% de reajuste prometidos em abril não foram concedidos ainda.", conta.

Para manifestar a indignação da categoria com essa morosidade da administração municipal, o sindicato elaborou uma carta-protesto, que foi lida na plenária dos trabalhadores, no Conselho Municipal de Saúde, dia 4 de agosto. No documento, o sindicato aponta os esforços que tem dedicado visando efetivar soluções concretas para os médicos do município, incluindo os que atuam no Hospital Dia, Programa de Atenção Domiciliar (PAD) e Cersam, todos vinculados à PBH.

A carta é finalizada com os seguintes dizeres: "Esperamos, sinceramente, que a atual gestão reconsidere a posição até aqui externada. Afinal, uma categoria que tantas vezes tem demonstrado inegável abdicação no exercício de suas atividades merece, no mínimo, atenção no trato das questões que dizem respeito à carreira, vencimentos e demais condições de trabalho".

Cersam e PAD, sem respostas

Os médicos do Centro de Referência em Saúde Mental (Cersam) continuam na luta pela não obrigatoriedade do plantão aos finais de semana. Enquanto a situação não se resolve, pleiteiam valor de R$900 para o plantão extra, igual aos demais médicos da PBH. Na última reunião com o secretário de saúde, no final de junho, o Sindicato dos Médicos foi informado de que o plantão extra de final de semana seria no valor de R$700, retroativo a setembro de 2009.

Segundo o diretor André Christiano, a votação na Câmara Municipal ainda não aconteceu e por isso a categoria continua mobilizada. Uma das ações definidas pelo movimento, durante reunião no Sinmed-MG, foi a elaboração de uma carta abaixo-assinado mostrando a indignação com a situação.

Em relação ao Programa de Atenção domiciliar (PAD), os médicos também não obtiveram resposta de suas principais reivindicações – criação de equipe especifica para os plantões de final de semana; pagamento de plantões extras nos feriados; manutenção do banco de horas para as horas excedentes da jornada diária; participação em congressos; e fim da proibição para a marcação de férias na segunda quinzena de dezembro.

CONTAGEM

Médicos de Contagem conquistam 16.05% de reajuste

Depois de 11 assembleias e duas paralisações, houve acordo com os gestores

Os médicos da rede pública de Contagem estão de parabéns. Depois de cinco meses de campanha, duas paralisações (dias 6 de maio e 1º de julho) e 11 assembleias realizadas, a categoria encerrou a campanha salarial deste ano com a conquista de 16.05% de reajuste e uma gratificação por plantão dia de semana de até R$280 (R$35 por plantão efetivamente realizado). A decisão de encerrar o movimento foi tomada no Hospital José Lucas Filho, dia 28 de julho, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), convocada pelo Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG).

O reajuste será pago em duas vezes: 5.68% retroativo a maio, e 10%, em cima do novo salário, a partir de outubro. Já a gratificação por plantão será concedida para os médicos que trabalham nas unidades de urgência, Hospital Municipal e Maternidade Municipal, no período compreendido entre 7h de segunda-feira e 19h de sexta-feira. O sindicato acompanha de perto o envio do projeto de lei para a Câmara Municipal, o que ainda não aconteceu.

PCCV é outra reivindicação

Quanto ao Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV), outra reivindicação da campanha, o Sinmed-MG está avaliando a minuta do anteprojeto enviada pela Prefeitura. Em reunião com o sindicato, o secretário Eduardo Penna se comprometeu a implantá-lo ainda este ano, mesmo que tenha que negociar em separado com os médicos.

Embora existam ainda muitas lutas pela frente para que Contagem tenha uma saúde de qualidade, o presidente do Sinmed-MG, Cristiano da Matta Machado, considera que houve importantes ganhos na campanha, que teve como principal item a equiparação dos salários com os médicos da PBH.

Destaca, porém, que a proposta enviada pelos gestores ainda ficou aquém dos anseios da categoria, pois apresenta uma diferença, para menor, de 4% a 25% em relação à PBH. A gratificação foi uma forma de minimizar a diferença. E lembra que a situação da saúde no município tem muitas distorções e precisa avançar muito para atrair novos profissionais médicos e manter as equipes existentes. Falta de medicamentos básicos, unidades de saúde lotadas, longas filas de espera para cirurgias eletivas e equipes desfalcadas foram problemas constantemente relatados pelos médicos nas assembleias. Situações que comprometem o atendimento à população e que dificultam o exercício da medicina.

BETIM

Prefeitura não cede e movimento continua em Betim

Categoria já fez três paralisações e onze assembleias na busca por melhorias

O movimento dos médicos de Betim se estende desde março com onze assembleias realizadas e três paralisações de 24 horas – dias 1º e 21 de julho, e 10 de agosto, sem nenhum avanço. Até o momento a Prefeitura ofereceu 5% de reajuste e acena com a possibilidade, ainda este ano, de concurso público.

No dia 26 de agosto, data da última assembléia, a prefeitura convidou sessenta médicos da rede pública de Betim para "ouvir" a categoria. O discurso de todos, sem exceção, teve como principais focos a precariedade da estrutura do sistema nos vários aspectos – falta de medicamentos, de equipamentos, de leitos, de segurança, espaços precários; e a baixa remuneração, que não fixa os médicos no município, fazendo com que Betim tenha hoje um quadro composto em grande parte de profissionais recém-formados.

RP Comunicação

Assembleia dos médicos de Betim no Hospital Regional

Maria do Carmo disse que as prefeituras não conseguem arcar sozinhas com as despesas da saúde e que precisa haver maior participação dos níveis estadual e federal. Segundo ela, as prefeituras estão cientes de que é preciso trabalhar pela aprovação da EC 29, que trata do financiamento da saúde.

A prefeita também adiantou algumas obras que foram aprovadas pelo orçamento participativo no campo da saúde e garantiu que, até o final do seu governo, Betim terá uma estrutura de saúde melhor. Os médicos insistiram que é preciso melhorar a remuneração da categoria, porque sem médicos o sistema não funciona, mesmo melhorando a estrutura.

Maria do Carmo disse que reconhecia isso, mas de concreto não acenou com nenhuma possibilidade a curto prazo de melhorias salariais, insistindo na questão do engessamento pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede que o município gaste mais de 54% de sua receita com pessoal.

Além das denúncias realizadas pelo Sindicato dos Médicos e Conselho Regional de Medicina, que motivaram oito ações civis públicas no Ministério Público, e as vistorias em andamento, alguns médicos tiveram a iniciativa de levantar os principais problemas em suas unidades. Foi o que aconteceu recentemente com os neurocirurgiões e anestesistas do Hospital Regional de Betim e os médicos da Unidade de Atendimento Imediato (UAI) Alterosas.

UAI Alterosas: baratas e violência

Os 21 profissionais da UAI Alterosas produziram um relatório detalhado, com o objetivo de mostrar a situação atual em que se encontra a unidade, rodeada por problemas graves, que, segundo eles, "expõem a categoria diante da população e usuários dos serviços de urgência, além de tornar o serviço público ineficiente na área de saúde".

De acordo com o documento, "muitos profissionais estão desestimulados a trabalhar na unidade, não apenas pela baixa remuneração, mas pela carga excessiva de trabalho, falta de estrutura física, de organização no trabalho e, principalmente, de segurança pessoal".

No relatório, os médicos ressaltam, entre outras situações, que não há controle de entrada ou saída de pacientes e acompanhantes e a ocorrência de episódios de agressão para com o médico dentro da unidade.

Relatam também que a estrutura física da unidade não oferece condições mínimas para o atendimento de boa qualidade, com superpopulação de pacientes adultos, espalhados pelos corredores em bancos, macas improvisadas e salas de micronebulização: "Os pacientes ficam amontoados, facilitando os riscos de contaminação", alertam.

A falta de acolhimento prioritário na pediatria, mesmo com a escala de plantão incompleta, é outra preocupação dos médicos, aliada à ausência de local apropriado para atendimento de urgência pediátrica: "As crianças são atendidas em locais inapropriados, na maioria das vezes sem fonte de oxigênio, sem medicações e sem enfermagem disponível, distribuídas pelos corredores e ao lado de pacientes adultos".

A UAI também tem sérios problemas de higiene e limpeza, com infestação de baratas, inclusive nos dormitórios, sem falar das péssimas condições nos alojamentos e instalações sanitárias.

No documento, além de apontar os problemas, os médicos apresentam uma série de propostas para melhorar a situação na UAI Alterosas, muitas delas "realizadas com poucas e possíveis mudanças", afirmam.

Neurocirurgia cada vez pior no Regional

Em documento enviado à Secretaria de Saúde de Betim, à diretoria do hospital e às entidades médicas, os oito neurocirurgiões do município denunciam que, apesar do hospital ser uma referência regional para urgências e emergências, "desde 2006, com o aumento da demanda, houve uma piora no serviço de neurologia e neurocirurgia, que encontram dificuldades para completar as equipes".

Segundo eles, o quadro atual tem oito neurocirurgiões com título de especialistas, enquanto o necessário seriam 19. Fazem também denúncias gravíssimas, como o fato do hospital funcionar nos finais de semana sem neurocirurgiões titulados na emergência e pacientes deixarem de ser avaliados pelos neurocirurgiões ou neurologistas a pedido de profissionais de outras unidades devido ao número insuficiente.

Como única solução para os problemas, os médicos propõem "a apresentação de um salário competitivo, para que possamos atrair e fixar novos profissionais titulados que se dediquem e abracem o serviço, associado a um abono vantajoso e garantido para quem cobrir os finais de semana. Sugerimos, ainda, um aumento no número de plantonistas, tendo em vista o aumento da demanda".

RP Comunicação

O neurocirurgião Carlos Magno fala com a imprensa durante paralisação

SÃO JOÃO DEL REI

Prefeitura não cumpre acordo e médicos recusam nova proposta

Categoria luta por acordo feito ano passado, mas que ainda não foi cumprido

Durante Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 12 de agosto, na Associação Médica, os médicos da rede pública de São João del Rei decidiram, por unanimidade, recusar a nova proposta encaminhada pela Prefeitura que prevê a ampliação do atual número de consultas/dia de 8 para 12, sendo um atendimento de urgência fora da agenda e a retirada do registro de ponto de saída dos médicos. "Antes de avaliar qualquer proposta, o que a categoria reivindica é o reajuste salarial, conforme havia sido acordado em outubro do ano passado", afirma o diretor do Sinmed-MG Eduardo Filgueiras.

Ele lembra que por causa do acordo - que previa o aumento salarial escalonado de 15% a ser pago em janeiro de 2010, 15% em 2011 e 10% em 2012 e a redução do número de consultas/dia de 11 para 8 – os médicos decidiram retomar os atendimentos após uma greve de 30 dias. "Embora estivesse aquém do reivindicado, a categoria reconheceu que o reajuste no salário base, mesmo sendo escalonado, seria significativo e representaria uma vitória do movimento. Mas até agora, nada foi cumprido e nada foi feito para mudar a realidade da saúde em São João del Rei", declara Filgueiras.

Segundo o diretor, a Prefeitura alega que o aumento salarial não foi possível em função da queda na receita, decorrente da redução no número de atendimentos, pois o município recebe por consultas realizadas. "A justificativa é que o aumento das consultas levaria ao aumento da receita, o que viabilizaria o reajuste. Entretanto, a categoria defende que a queda na receita se deu em razão da saída de muitos médicos da rede pública, exatamente por causa dos baixos salários e das más condições de trabalho", comenta Filgueiras, afirmando que o aumento salarial não foi concedido porque não houve dotação orçamentária.

Diante desse impasse, a categoria deliberou durante a AGE pelo envio de uma carta-resposta ao prefeito, condicionando o aumento de oito para 12 consultas diárias – sendo uma destinada à urgência – ao cumprimento do acordo em relação ao aumento salarial retroativo a janeiro de 2010, o que pode ser efetivado por meio de transferência de verba de outra pasta para a saúde.

"Os médicos de São João del Rei querem, primeiramente, o cumprimento do acordo e, somente depois, é que vão avaliar a nova proposta apresentada pela Prefeitura. Se não há recursos suficientes neste ano para garantir a concessão dos 15% de reajuste salarial que seria pago em janeiro, esperamos que seja assegurado no orçamento de 2011, juntamente com os outros 15% previstos para o próximo ano", aponta o diretor.

Situação cada vez mais grave

De acordo com Filgueiras, o não cumprimento do acordo está desestimulando os profissionais a permanecerem nos serviços. Desmotivados, eles estão pedindo licença sem vencimento, férias prêmio e até se demitindo. Resultado: o número de médicos está cada vez menor, o que acarreta queda no repasse de verbas para o município, alegado pela Prefeitura como a causa para impedir a concessão do reajuste salarial.

Quanto ao trabalho do sindicato, o diretor adianta que a entidade pretende aprofundar e ampliar as discussões sobre a saúde em São João, que só se agrava. "Precisamos nos antecipar aos problemas e colocar a saúde na pauta. Além de reuniões e assembleias com os médicos, estamos planejando um outro seminário, como o que aconteceu em abril, sobre a organização do sistema de saúde em São João del Rei. Dessa vez, precisamos focar na urgência e emergência, levando em conta a previsão de inauguração de uma UPA na cidade, anunciada como a 'salvação' da pátria", declara.

SETE LAGOAS

Hospital concede reajuste, mas atrasa pagamento

Os médicos contratados e servidores do Hospital Municipal Monsenhor Flávio da Mota, em Sete Lagoas, conquistaram o recebimento do quinto plantão e aumento da remuneração sob forma de hora extra, mas agora enfrentam o atraso nos pagamentos. Segundo a diretora do Sinmed-MG Maria Madalena dos Santos e Souza, essa demora está relacionada com problemas no repasse de verbas. O Sindicato dos Médicos já notificou a Prefeitura e solicitou reunião com a Secretaria Municipal de Saúde.

"Além da imediata regularização dos pagamentos, os médicos do Hospital Municipal continuam o movimento por melhorias das condições de trabalho; revisão do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS); garantia de progressão na carreira de acordo com o PCCS; e garantia do pagamento das gratificações constantes do PCCS", conta a diretora.

ESMERALDAS

Salários iguais para médicos do Hospital Municipal

No Hospital Municipal de Esmeraldas, os médicos concursados conseguiram reajuste salarial e, desde julho, passaram a receber o mesmo valor dos médicos contratados. Além da isonomia da remuneração, todos os médicos também estão recebendo adicional noturno e adicional de insalubridade.

Segundo a diretora do Sinmed-MG Maria Madalena dos Santos e Souza, o aumento será concedido em forma de abono até outubro, quando já está agendada uma nova reunião entre diretoria do hospital, Prefeitura e sindicato, para tratar da incorporação ao salário base.

Madalena, que acompanhou de perto as negociações, lembra que os médicos concursados procuraram o sindicato em abril, para pedir apoio na luta pela igualdade salarial em relação aos médicos contratados, que eram melhor remunerados pela Prefeitura. Foram quatro reuniões entre as partes envolvidas até o fechamento do acordo.

Contratos irregulares

O Sinmed-MG recebeu a denúncia de cerca de 32 médicos do Hospital Municipal de Esmeraldas que foram obrigados a rescindir o contrato administrativo com a Prefeitura para constituir pessoa jurídica. O contrato de prestadores de serviço foi firmado com a Visar, empresa ligada ao consórcio do município Sismep.

Segundo a diretora Maria Madalena dos Santos e Souza, foram encontradas várias irregularidades na contratação. O sindicato já encaminhou ofício ao Ministério Público e notificação extrajudicial à Prefeitura. Também aguarda agendamento de reunião com a Secretaria Municipal de Saúde.

RISOLETA NEVES

Sinmed-MG requer direito de representar os médicos

Caso o hospital se negue a reconhecer a representatividade, sindicato vai recorrer à Justiça

O Sinmed-MG realizou, no dia 16 de agosto, uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) com médicos do Hospital Risoleta Tolentino Neves (HRTN), em Venda Nova. O objetivo do encontro foi receber dos médicos o aval para que a entidade possa representá-los junto à Fundep, fundação ligada à Universidade Federal de Minas Gerais, gestora do hospital desde junho 2006.

A assembleia foi conduzida pela diretora de Defesa Profissional do sindicato, Maria Madalena dos Santos e Souza, também diretora clínica do HRTN, com a participação da advogada Sônia Couto, especialista em Direito do Trabalho.

No hospital trabalham cerca de 500 médicos que estão enquadrados no acordo coletivo do Sintappi-MG (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias e Informações do Estado de Minas Gerais). "Os médicos constituem categoria diferenciada e têm seu próprio sindicato e reivindicações diferenciadas das demais categorias, mas a Fundep não reconhece essa representatividade e alega que não pode abrir exceções e negociar em separado", explica a diretora. Segundo ela, o repasse das contribuições sindicais também tem sido feito diretamente para o Sintappi, sem nenhuma comunicação prévia à categoria.

Madalena explica que com a negativa do hospital, o sindicato vai entrar com uma ação declaratória contra a Fundep, reivindicando judicialmente o direito de representar os médicos que lá trabalham.

Adriano Perdigão

Hospital Risoleta

Outros problemas

Além da negociação salarial, existem muitos problemas pendentes em relação ao adicional de insalubridade, ao pagamento de horas extras e condições de trabalho, entre outros. Madalena informou que, mesmo não tendo sua representatividade reconhecida pela direção, o Sinmed-MG está atento aos problemas do Risoleta e que os médicos podem propor ações contra a Fundep com a assessoria jurídica do sindicato.

Ela conta que, recentemente, a entidade elaborou um ofício denunciando irregularidades na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do HRTN. Segundo ela, "a UTI do Risoleta tem funcionado em diversos períodos com apenas dois médicos plantonistas, não obstante tenha 30 leitos, o que demanda o mínimo de três profissionais, conforme determina o artigo 14 da Resolução da Anvisa (RDC número 7 de 24/02/2010)".

O ofício, pedindo providências, foi enviado ao Conselho Regional de Medicina (CRMMG) e à Agência de Vigilância Sanitária de Minas Gerais (Anvisa). Durante a AGE, a diretora também orientou a categoria a relatar as situações adversas nos livros de ocorrência e na intranet do hospital, como uma forma de se precaver de futuros problemas, já que a irregularidade coloca em risco tanto o profissional médico como o paciente.

No dia 23 de agosto foi realizada uma reunião da diretoria e coordenação do CTI do hospital com representantes do Sinmed-MG, com o objetivo de discutir soluções para os médicos do setor.

DIVINÓPOLIS

No Hospital São João de Deus, médicos encerram plantões

Insatisfeitos com o valor do plantão e a falta de acordo nas negociações, os médicos obstetras/ginecologistas do Hospital São João de Deus, em Divinópolis, decidiram encerrar os atendimentos. Os celetistas pediram demissão, com exceção de quatro profissionais; e os que prestam serviço como pessoa jurídica, vinculados a duas clínicas, já providenciaram a notificação da rescisão do contrato, que, segundo eles, em quatro anos, só teve um reajuste, além de uma cláusula descumprida por parte do hospital, que não assegurou um plantonista de apoio. Atualmente, são pagos R$600 por plantão e aproximadamente R$46.000 por clínica. Os médicos lutam pelo valor de R$1.000, no caso dos celetistas; e R$137.000 para as duas clínicas (pessoas jurídicas).

"Na tentativa de negociação, os obstetras/ginecologistas participaram de uma reunião no Ministério Publico, mas além de não ter havido acordo, o MP chegou, até mesmo, a mencionar que processaria os médicos por crime contra a ordem econômica. Preocupados com as eventuais consequências, inclusive se a lei prevê prazo mínimo para que mantenham o serviço e sobre exclusão do corpo clínico, eles buscaram apoio e orientação do Sinmed-MG", conta a diretora Maria Madalena dos Santos e Souza.

Ela afirma que os médicos não podem ser sumariamente excluídos do corpo clínico, pois o prazo legal para a entrega do serviço foi seguido – celetistas cumprem aviso prévio e os que constituem pessoa jurídica fazem notificação de rescisão do contrato no prazo estabelecido no documento, de 30 dias.

A orientação do sindicato aos médicos contratados como pessoa jurídica, que já fizeram a notificação de rescisão do contrato, é que acompanhem na justiça comum eventual interposição de ação contra a empresa para impedir a suspensão do serviço.

"Em relação aos médicos celetistas, vamos acompanhar o caso e, se necessário, envolver o Ministério Público do Trabalho e a Delegacia Regional do Trabalho, denunciando que o hospital somente contrata médicos como pessoa jurídica e pressiona os profissionais a pedirem demissão ou devolverem multa de 40% do FGTS em caso de constituição de sociedade", aponta Madalena.

No dia 25 de agosto aconteceu outra reunião com a participação do Sinmed-MG, na tentativa de resolver a situação.

PARACATU

Médicos aguardam retorno da pauta

Em Paracatu, os médicos aguardam resposta formal da Prefeitura sobre os itens da pauta de reivindicações da campanha 2010, conforme acordado na reunião do dia 24 de agosto, com a presença dos secretários municipais de Saúde e de Administração, do Sinmed-MG e de representante da categoria.

Até o momento já foram realizadas duas assembleias com os médicos. Entre os principais pleitos estão melhorias salariais e das condições de trabalho, plano de carreira específico, concurso público e mais transparência nas folhas de pagamento.

ENEM 2010

Enem teve como foco propostas para futuros gestores

Balanço das entidades médicas aponta principais problemas da medicina e da saúde no país

Realizado dentro de um momento político especial – o período pré-eleitoral –, o XII Encontro Nacional das Entidades Médicas (Enem) foi um espaço privilegiado para exposição das expectativas e visões dos médicos que trabalham no atendimento à população e discussão sobre os rumos a serem adotados pelo país no campo da saúde pública e privada. Cerca de 600 representantes da categoria participaram do evento, promovido pela Associação Médica Brasileira (AMB), Conselho Federal de Medicina (CFM) e Federação Nacional dos Médicos (Fenam), de 28 a 30 de julho, em Brasília.

Do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG) estavam presentes o presidente, Cristiano da Matta Machado; a secretária geral, Amélia Pessôa; os diretores Jacó Lampert (Finanças), Fernando Mendonça (Comunicação), Maria Madalena dos Santos e Souza (Defesa Profissional); e os conselheiros Geraldo Coelho Ribeiro, Eduardo Filgueiras, Márcio Bichara e Margarida Sofal.

Nos grupos de trabalho e nas plenárias aconteceram debates, conferências e mesas-redondas para avaliação e aprovação de propostas levantadas durante os três encontros regionais (Pré-Enems) e alguns estaduais.

Divulgação CFM

Propostas são avaliadas e votadas pelos participantes

O primeiro dia de atividades foi marcado pela aprovação, na plenária sobre formação médica, de sanções rigorosas para cursos de medicina mal avaliados, inclusive com diminuição de vagas ou mesmo o fechamento de escolas; suspensão da abertura de escolas médicas por um prazo mínimo de dez anos; apoio ao PL 65/2003 de Arlindo Chinaglia, que proíbe a criação de novos cursos médicos; e a proibição da ampliação de vagas nos cursos existentes, nos próximos dez anos.

Em relação ao ensino médico, prevaleceu a luta por remuneração adequada e qualificação para o corpo docente; apoio ao aprimoramento do currículo de medicina; orientação sobre a relação ética dos médicos com a indústria farmacêutica, de equipamentos e material médico-hospitalar; e fiscalização das estruturas hospitalar e ambulatorial das instituições que servem de estágio às escolas médicas, bem como das condições de preceptoria.

Quanto à residência médica, as entidades nacionais vão começar, entre outras deliberações, um trabalho conjunto de ampliação das vagas para absorver os residentes, apoio ao reajuste do valor da bolsa de residência e unificação dos critérios das provas para ingresso na residência.

Mercado de trabalho e remuneração

Sobre mercado de trabalho e remuneração, tema do segundo dia do evento, a defesa do salário mínimo profissional de R$ 8.594,35 para 20 horas semanais; a adoção de edição atualizada da CBHPM como referência mínima do trabalho médico; e a carreira de Estado para médicos nos serviços públicos se destacaram entre as propostas. Outro assunto debatido foi a defesa da adoção de concurso público nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), visando ao fim das terceirizações.

Já na saúde suplementar, a categoria defende a garantia de credenciamento das pessoas físicas pelas operadoras, sem exigência da criação de pessoa jurídica; garantia da participação dos médicos nas negociações de contratualização dos hospitais; e fiscalização dos serviços próprios das operadoras de planos de saúde.

SUS, políticas de saúde e relação com a sociedade

Financiamento e gestão do SUS, Estratégia de Saúde da Família (ESF) / atenção primária, controle social, relação com a sociedade e movimento médico foram os temas abordados pela mesa "SUS, Políticas de Saúde e Relação com a Sociedade", no último dia do evento.

Um dos secretários da mesa, o presidente do Sinmed-MG e também diretor da Fenam, Cristiano da Matta Machado, conta que a aprovação da Emenda Constitucional 29 continua sendo uma das prioridades para o movimento médico em nível nacional. "A proposta é importante porque vai determinar parâmetros adequados ao financiamento do SUS. O sistema enfrenta sérios problemas de financiamento, o que prejudica diretamente a população. Estamos no caminho certo e acredito que com essas ações de pressão ao Congresso Nacional a aprovação não está longe de acontecer".

Sobre a Estratégia de Saúde da Família, segundo Matta Machado, as deliberações do Enem giraram em torno da qualificação e vínculo empregatício atrelado a um Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos (PCCV) para os médicos, a partir do reconhecimento de que a ESF é essencial para a atenção primária à saúde.

No aspecto relação com a sociedade, as entidades propuseram divulgar permanentemente as reais condições de trabalho e de atendimento no SUS; efetuar parcerias com o Ministério Público e demais órgãos de defesa do consumidor, para defesa dos direitos dos pacientes e dos médicos; realizar fóruns e encontro nacional, visando encaminhar pautas convergentes em defesa da saúde; entre outras ações.

Na opinião do presidente do Sinmed-MG e diretor da Fenam, o Enem foi uma grande oportunidade para ampliar as discussões e apresentar propostas conjuntas sobre questões essenciais para o fortalecimento das entidades médicas nacionais e para maior visibilidade ao movimento médico. "O encontro foi bastante produtivo, principalmente por traçar as diretrizes de um trabalho conjunto, mas é preciso dar continuidade às discussões. A ideia da realização de edições a cada dois anos, com avaliação do encaminhamento dos resultados da anterior, conforme deliberado no encontro, é interessante, principalmente por coincidir com ano eleitoral, época mais propícia para obtenção de maior compromisso dos governantes na organização da saúde", comenta.

ENEM 2010

Médicos fazem documento para cobrar melhoria da saúde

Além do Relatório Final do XII Enem, que contempla as 115 deliberações aprovadas sobre temas diversos, como ensino, trabalho e políticas públicas, os cerca de 600 delegados que participaram do encontro elaboraram o Manifesto dos Médicos à Nação. Assinado pela AMB, CFM e Fenam, o documento condensa as principais preocupações da categoria no que diz respeito à saúde e ao exercício da medicina e aponta soluções para superar o quadro de dificuldades. Foi publicado nos principais jornais do país, também dando conhecimento à sociedade sobre o diagnóstico feito e os pleitos apresentados.

O relatório final e o manifesto foram enviados aos presidenciáveis e candidatos aos governos estaduais e demais autoridades das esferas executiva, legislativa e judiciária. A expectativa das entidades médicas é que os documentos possam subsidiar as tomadas de decisão de atuais e futuros gestores.

Divulgação CFM

Presidentes das três entidades nacionais assinam o manifesto

Manifesto à nação

"Nós, médicos, representados no XII Encontro Nacional de Entidades Médicas (Enem), de 28 a 30 de julho de 2010, em Brasília, reiteramos nosso compromisso ético com a população brasileira. Neste ano, no qual o futuro do país será decidido pelo voto, apresentamos à nação e aos candidatos às próximas eleições nossa pauta de reivindicações, que necessita ser cumprida urgentemente, para não agravar ainda mais a situação que já atinge setores importantes da assistência em saúde. Esperamos respostas e soluções aos problemas que comprometem os rumos da saúde e da medicina, contribuindo assim, para a redução de desigualdades, para a promoção do acesso universal aos serviços públicos e para o estabelecimento de condições dignas de trabalho para os médicos e de saúde à população, para que este seja realmente um país de todos.

1. É imperioso garantir a aprovação imediata da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que vincula recursos nas três esferas de gestão e define o que são gastos em saúde. Esse adiamento causa danos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e compromete sua sobrevivência.

2. O Governo Federal deve assegurar que os avanços anunciados pela área econômica tenham repercussão direta no reforço das políticas sociais, particularmente na área da saúde, que sofre com a falta crônica de recursos, gestão não profissionalizada e precarização dos recursos humanos.

3. São urgentes os investimentos públicos em todos os níveis de assistência (atenção básica, média e alta complexidade) e prevenção no SUS. O país precisa acabar com as filas de espera por consultas, exames e cirurgias, com o sucateamento dos hospitais e o estrangulamento das urgências e emergências, além de redirecionar a formação médica de acordo com as necessidades brasileiras.

4. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) precisa assumir seu papel legítimo de espaço de regulação entre empresas, profissionais e a população para evitar distorções que penalizam, sobretudo, o paciente. A defasagem nos honorários, as restrições de atendimento, os descredenciamentos unilaterais, os "pacotes" com valores prefixados e a baixa remuneração trazem insegurança e desqualificam o atendimento.

5. O papel do médico dentro do SUS deve ser repensado a partir do estabelecimento de políticas de recursos humanos que garantam condições de trabalho, educação continuada e remuneração adequada.

6. A proposta de criação da Carreira de Estado do Médico deve ser implementada, como parte de uma necessária política pública de saúde, para melhorar o acesso da população aos atendimentos médicos, especialmente no interior e em zonas urbanas de difícil provimento. No Brasil, não há falta de médicos, mas concentração de profissionais pela ausência de políticas – como esta – que estimulem a fixação nos vazios assistenciais, garantindo a equidade no cuidado de Norte a Sul.

7. A qualificação da assistência pelo resgate da valorização dos médicos deve permear outras ações da gestão nas esferas pública e privada. Tal cuidado visa eliminar distorções, como contratos precários, inexistência de vínculos, sobrecarga de trabalho e ausência de estrutura mínima para oferecer o atendimento ao qual o cidadão merece e tem direito.

8. Atentos ao futuro e à qualidade do exercício da Medicina, exigimos aprofundar as medidas para coibir a abertura indiscriminada de novos cursos, sem condições de funcionamento, que colocam a saúde da população em risco. De forma complementar, é preciso assegurar que a revalidação de diplomas obtidos no exterior seja idônea e sem favorecimentos, assim como oferecer a todos os egressos de escolas brasileiras vagas em residência médica, qualificadas pela Comissão Nacional de Residência Medica (CNMR), entidades médicas e sociedades de especialidade.

9. Num país de extensões continentais, torna-se imperativo trabalhar pela elaboração de políticas e programas de saúde que contemplem as diversidades regionais, sociais, étnicas e de gênero, entre outras, garantindo a todos os brasileiros acesso universal, integral e equânime à assistência, embasados na eficiência e na eficácia dos serviços oferecidos, convergindo em definições claras de políticas de Estado para a saúde.

Preocupados com o contexto da saúde no Brasil e com o descumprimento de suas diretrizes e princípios constitucionais, nós, médicos, alertamos aos governos sobre seus compromissos com a saúde do povo brasileiro."

Brasília, 30 de julho de 2010

Associação Médica Brasileira (AMB)
Conselho Federal de Medicina (CFM)
Federação Nacional dos Médicos (Fenam)

COOPERATIVISMO

Remuneração médica é tema do IV Seminário Intercooperativo

Para mudar a remuneração médica é preciso rever, antes de tudo, os paradigmas do sistema de saúde atual, tanto na saúde pública como na suplementar. Essa foi a conclusão dos participantes do 4º Seminário Intercooperativo sobre Trabalho Médico, realizado pela Federação Nacional das Cooperativas Médicas (Fencom) e pela Cooperativa Médica de Especialidades do Hospital Felício Rocho (Felicoop), dia 20 de agosto, na Associação Médica de Minas Gerais.

O presidente do Sindicato dos Médicos, Cristiano da Matta Machado, compôs a mesa de abertura e presidiu as discussões sobre o tema: "A remuneração médica alinhada à qualidade assistencial". Matta Machado destacou que a atual forma de remuneração, baseada em procedimentos, pode ser inviável a longo prazo, e uma das soluções que se propõe é a remuneração por qualidade ou por desempenho. O tema, segundo ele, é controverso entre os próprios médicos e precisa ser aprofundado, um dos objetivos do seminário. "Precisamos de novos paradigmas, mas ninguém tem a fórmula mágica. O enfoque não pode ser na redução de custo, mas sim na qualidade assistencial", disse.

Alessandro Carvalho

Mesa de abertura do evento reuniu gestores, entidades médicas e presidentes de cooperativas

Para o presidente da Fencom, José Augusto Ferreira, o modelo de saúde atual deixa o médico fora das discussões, situação que precisa mudar. "O objetivo deste seminário é mostrar que todos – cooperativas, sindicatos, associações etc – precisam participar da construção desse novo modelo, porque não existem dúvidas de que ele será construído".

Novos paradigmas

O redesenho do modelo assistencial passa, segundo a maioria dos presentes, pelo financiamento adequado da saúde, pelo fortalecimento da relação médico-paciente, pela prática médica baseada em evidências e, principalmente, pelo incremento das ações de prevenção e promoção à saúde, entre elas o gerenciamento de pacientes crônicos.

A opinião foi compartilhada pelo médico Pano Yeracaris, especialista em Medicina de Família e Instrutor Clínico na Harvard Medical School, que demonstrou que a situação brasileira, no que se refere ao modelo de assistência, não é diferente dos Estados Unidos. Lá, segundo ele, se pratica a "sickcare", ou seja, a medicina da doença e não da saúde, apesar dos EUA serem o país que mais investe no segmento.

Pano destacou principalmente a necessidade de se fortalecer a atenção primária, e a ênfase na prevenção como forma de diminuir os custos da saúde e ter uma população mais saudável e com mais qualidade de vida. Lembrou que o redesenho do sistema pede uma mudança radical envolvendo pacientes, tecnologia, especialistas, generalistas, família, comunidade e governo.

Finalizando o evento, o médico João Gabriel Marques Fonseca, professor adjunto da Faculdade de Medicina da UFMG, falou sobre a saúde do médico, apontando que, entre os profissionais de nível superior, paradoxalmente, a categoria é a que tem a pior saúde. Segundo ele, entre os problemas relacionados à falta de saúde dos médicos está a sobrecarga de trabalho para suprir a baixa remuneração, aliada à natureza da profissão.

SUEMG 2010

Simpósio das Unimeds discute futuro da saúde suplementar

Cerca de mil pessoas entre dirigentes, gestores das Unimeds de todo o país, representantes de entidades médicas e autoridades da área participaram do XXIII Suemg (Simpósio das Unimeds de Minas Gerais), realizado pela Federação das Unimeds de Minas, nos dias 11, 12 e 13 de agosto, em Poços de Caldas. Com o tema "Integração e Participação – Superando desafios, promovendo o crescimento", o evento foi uma importante oportunidade de debate e reflexão de temas relacionados à saúde suplementar e ao cooperativismo médico, visando ao desenvolvimento do sistema no Estado. Do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG) estavam presentes o presidente, Cristiano da Matta Machado; e os diretores Fernando Mendonça, Amélia Pessôa, Jacó Lampert e Maria Madalena dos Santos.

Matta Machado foi um dos palestrantes do painel "Realidade e perspectivas do setor de saúde", que abordou assuntos relevantes como a carreira para o médico, abertura indiscriminada de faculdades de medicina e a regulamentação da Emenda Constitucional 29, temas que continuam sendo as principais bandeiras de luta do movimento médico nacional.

Também mereceram destaque durante o encontro os painéis "12 anos de ANS – mudanças, desafios e perspectivas", apresentado pelo diretor de Normas e Habilitação das Operadoras da ANS, Alfredo Luiz de Almeida Cardoso e pelo assessor jurídico da Unimed do Brasil, José Cláudio; "A Judicialização e o Processo de Fiscalização da Saúde Suplementar"; e o Central Nacional Unimed – "Reflexo da Regulamentação no Mercado de Planos de Saúde: Alternativa de Mercado e Posicionamento das Diferentes Operadoras". Foram discutidos, ainda, temas como tecnologia e saúde, sustentabilidade, cenário político e econômico, e marketing para médicos.

Na opinião do diretor de Comunicação do Sinmed-MG, Fernando Mendonça, o Suemg, por reunir todos os anos dirigentes das singulares Unimeds de todo o Estado e representantes de entidades, é de fundamental importância para o movimento medico no setor da saúde suplementar. "A troca de informações e experiências permite aos médicos cooperados otimizarem suas práticas de gestão, além da possibilidade de uma maior amplitude sobre os mais diversos cenários que envolvem o setor, como a judicialização na saúde, avanços tecnológicos e realidade político-econômica", aponta.

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO:
Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – Sinmed-MG
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas - CEP: 30130 090 - BH - MG